

DIVISÃO SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO: MULHERES NEGRAS E CUIDADO

CAROLINA MACEDO DOS SANTOS QUILLFELDT¹; CAMILA PEIXOTO FARIAS²

¹Carolina Macedo dos Santos Quillfeldt – carol.quill1@gmail.com

²Camila Peixoto Farias – e-mail do orientador

1. INTRODUÇÃO

Na emergência do sistema capitalista, o trabalho foi subdividido. Diferente de uma realidade de produção para consumo próprio, no qual produção e reprodução são igualmente consideradas como trabalho, nessa nova formulação econômica produção e reprodução se separam. A reprodução – os cuidados domésticos em geral – passa a não ser considerada produtiva, logo, não sendo remunerada. Desta maneira, o trabalho realizado no âmbito doméstico e seu papel na acumulação de capital foi totalmente desvalorizado economicamente e passou a não ser considerado trabalho, não sendo remunerado. Se instalando, assim, a divisão sexual do trabalho, no qual essa carga do cuidado, para além de invisibilizada, foi direcionado como papel das mulheres brancas. Cria-se a ideia da dona de casa em tempo integral, inviabilizando e naturalizando esse trabalho como inato aos corpos identificados como de mulheres, denominados de “trabalho de mulheres” (FEDERICI, 2019).

Todavia, esta não é a mesma realidade quando falamos de mulheres negras. Enquanto o feminismo branco lutava pelo direito de também exercer o trabalho produtivo, mulheres negras já eram submetidas a esse trabalho nas colônias. O processo de acumulação primitiva que fez parte dessa transição entre o sistema feudal e o sistema do capital compreendeu, para além da privatização de terras e divisão sexual do trabalho, o processo de expansão colonial sobre outros continentes. A colonização atuou explorando as comunidades existentes nessas regiões – por vezes exterminando, rompendo com a autonomia e com as relações comunitárias existentes. Sob a ordem do capital e do catolicismo se justificou a desumanização, a repressão, a escravização e o genocídio (FEDERICI, 2019). Portanto, com o histórico de escravização e genocídio de diferentes etnias africanas e etnias indígenas, podemos dizer que o processo colonial, para além de importar a desigualdade de classes e a divisão sexual do trabalho, já estabelecidas na Europa como base do sistema socioeconômico, também se utilizou de outros dispositivos para exploração dos povos e do capital: a divisão racial (COLLINS, 2019).

Ainda que brancos e negros de classe baixa sofram as consequências da exploração imposta pelo sistema do capital, mesmo na ausência da posse de terras, os brancos ainda são favorecidos pela estrutura racista. Cria-se uma hierarquia racial dentro das classes, inclusive dentro da classe trabalhadora. Enquanto os donos dos meios de produção se beneficiam a partir da exploração direta da população negra, o restante dos brancos vão usufruir das vantagens competitivas no mercado de trabalho e suas implicações materiais e simbólicas (GONZALEZ, 2020). A partir desse contexto compreende-se que mulheres negras são submetidas, para além das normativas sociais de gênero e classe, às lógicas racistas. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é refletir, em diálogo com autores como Federici, Zanello, Davis, Gonzalez e Fanon sobre como o trabalho de cuidado incide interseccionalmente sobre mulheres negras.

2. METODOLOGIA

Este trabalho nasce enquanto um recorte da pesquisa que está em andamento para o Projeto de Conclusão de Curso do curso de psicologia, elaborado a partir do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicanálise (Pulsional) da Universidade Federal de Pelotas. Assumo como metodologia de pesquisa o método psicanalítico, considerando a possibilidade de pesquisar sobre processos socioculturais e/ou fenômenos psíquicos que manifestam-se externamente ao contexto estrito analítico (MINERBO, FIGUEREDO, 2006). Assim, assumindo a colonização do cuidado enquanto um fenômeno sociocultural que reverbera psiquicamente. Neste método, a relação sujeito objeto não se dá de forma desconexa e hierárquica, a pesquisa se dá no entre. Se estabelece uma relação transferencial, ocorrendo o envolvimento com o fenômeno estudado e investimento afetivo entre pesquisadora e objeto. A transferência produz um local de análise e interpretação orientada por esses investimentos. Ou seja, pesquisar sob o método psicanalítico significa colocar o objeto pesquisado e o sujeito que pesquisa em constante envolvimento e transformação (BATISTA; CUNHA, 2012).

Partindo do método psicanalítico e agora ancorando-me a proposta dos saberes localizados de Donna Haraway (2009), coloco em evidência que as narrativas teóricas estarão longe de serem trazidas a partir de uma perspectiva neutra, visto o entrelaçamento constante entre objeto e sujeito da pesquisa. Coloco ainda que pesquisar sobre o trabalho do cuidar implica em um constante olhar e práxis interseccional visto que, mesmo sendo preponderantemente atribuído às mulheres, encontramos diferentes vivências a depender da raça e da classe; havendo disparidade do modo como as práticas de cuidado operam sobre os corpos de mulheres negras em comparação a mulheres brancas. Ou seja, evidencia-se que, para além da gentrificação, o cuidado é incidido diretamente pelo racismo, sendo indispensável assumir a interseccionalidade como ferramenta analítica metodológica nessa pesquisa. Ela opera além da identificação e articulação de marcadores sociais, ela se debruça diante da análise da operação simultânea dessas estruturas de opressão, considerando a indissociabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2019).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciarmos essa discussão, considero importante trazer inicialmente que, diante das lógicas de gênero, as mulheres seguem colocadas na posição de únicas responsáveis pelo cuidado domésticos e de outras pessoas; seguindo responsáveis por “maternar” a todos. Zanello (2018), em consonância, aborda esse ideal de maternidade, quando colocado socialmente enquanto algo inato retira as possibilidades subjetivas de sentimentos ambivalentes, como raiva, cansaço e frustração. A sobreposição de tarefas sobre as mulheres, delineada social e historicamente, reflete a centralidade do trabalho de cuidado como imposição sócio histórica (ZANELLO, 2018). Agora, se assumimos a pluralidade de existências possíveis dentro do termos mulheres, precisamos pensar o cuidado sobre essas outras intersecções possíveis. Dialogando com Davis (2016) podemos reconhecer que essa imposição do cuidado doméstico sobre mulheres não brancas se revela de forma ainda mais violenta e exigente; expondo um local de não reconhecimento social, repressão e inferioridade.

Esse local revela um processo histórico de exploração e negação de direitos – com raízes no período de escravização – que, como destaca Fanon (1968), foi central para a consolidação do capitalismo colonial. Na Europa e nos demais países postos sob o dizer de civilizados e civilizadores, tem-se o negro como símbolo do pecado, daquilo que os europeus reprimiam de si, sendo essa

uma construção colonial. A população negra é colocada nesse lugar de outro, desumanizada (FANON, 2008). Trago esse contexto histórico exposto por Fanon como forma de expor em que base se ergue o cuidado em nossa sociedade; o solo sobre o qual que se constrói essas práticas é um solo colonizado e racista que opera no direcionamento violento da existência de mulheres negras e na forma como se organiza o cuidar.

Desta forma, pensar a organização do cuidado e a dicotomia de como se apresenta entre mulheres brancas e negras, é pensar também no decorrer histórico dessas práticas. No período colonial o cuidado com o lar, o trabalho doméstico, era direcionado a mulheres negras. Gonzalez (1984) nos permite visualizar a inserção das mulheres pretas no cuidado às atividades da casa, com a cozinha, limpeza, costura; o cuidado com os filhos dos senhores e das senhas (mulheres brancas), amamentando e ensinando-os; e até relações sexuais forçadas com os homens brancos da família. Não obstante, após todo período dedicado na casa-grande, também a elas era direcionado a responsabilidade por cuidar de seus próprios filhos e assistir aos seus companheiros, também escravos, com alimentação e possibilidade de descanso. É a partir disso que se tem origem a figura da mãe-preta. Aquela que cuidou integralmente dos filhos e dos lares das mulheres brancas; alimentando, limpando, educando. Ela é a mãe, ela quem exerce a maternagem; criava os brancos, futuros senhores e senhas, e futuramente suas filhas criariam os filhos deles novamente (GONZALEZ, 2020; 1984).

Todavia, não somente no trabalho reprodutivo, do cuidado com o lar e com dos filhos, se centralizava no trabalho das mulheres negras. Os arranjos econômicos produzidos pelo contexto da colonização, a partir da escravização, se desalinham com os papéis de gênero trazidos pela divisão sexual do trabalho. Às mulheres negras nunca foi negado o ato do trabalho produtivo, pelo contrário, esse trabalho sempre foi imposto compulsoriamente (DAVIS, 2016). Gonzalez (1984) novamente nos permite visualizar essa realidade, destacando que as mulheres negras, para além daquelas destinadas ao trabalhos na casa grande, também eram escravas do eito. Isto é, atuavam diretamente nos trabalhos braçais no campo. Podemos acrescentar a esse diálogo Davis (2016) que adentra mais nesse trabalho braçal, identificando que essas mulheres escravizadas atuavam nas lavouras, minas, indústrias e construções. A maternidade não as isentava disso, trabalhavam grávidas, carregavam filhos às costas ou os deixavam sob os cuidados de outras escravas, sofrendo punições violentas quando não correspondiam às exigências. Desta forma, nas mulheres negras não era reconhecida a fragilidade atribuída ao feminino, tendo que ser e permanecer forte pela sua família, comunidade e sobrevivência (DAVIS, 2016).

Essas noções, atualmente, não surgem mais como uma perspectiva somente de caráter étnico, mas como profissões, como marca de uma divisão racial do trabalho. Dialogando com a época da escravização, Gonzales (1984) nos trás diretamente essa atualidade a partir da colocação de que a figura da mucama, sustentada pelo regime escravista, operou na articulação entre a imagem da mulata e da doméstica. "Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida" (GONZALEZ, 1984, p. 230). É ela quem trabalha na prestação de bens e serviços – isto é, cuida do lar e da família de terceiros, serve a eles e, com sorte, consegue ainda cuidar dos seus no tempo que resta. Atualmente o trabalho do cuidado é terceirizando sobre mulheres da classe trabalhadora, em maioria, mulheres negras (HIRATA, 2021). Sobre tudo, é importante destacar que é sobre a mulher negra da periferia, pertencentes às

classes mais baixas, que recai de forma mais violenta toda essa lógica construída historicamente, visto ser elas que estão posicionadas na base da prestação de serviços, sustentando o encargo dos cuidados familiares sozinha (GONZALEZ, 1984). Assim, considerar as consequências das lógicas coloniais sobre a economia do cuidado é também destacar a vivência das mulheres negras e procurar, por meio dessa análise, possíveis alternativas. Em consonância com Davis (2016), podemos reconhecer a inviabilidade de pôr fim à desigualdade das práticas de cuidado sem políticas que redistribuam coletivamente essas responsabilidades.

4. CONCLUSÕES

Essa pesquisa nos permite tensionar as reflexões acerca das lógicas de cuidado de forma interseccional, tendo como foco perceber como essas agências incidem historicamente sobre as mulheres negras da classe trabalhadora. Exploradas diretamente pelas forças de trabalho produtivo e reprodutivo, se reconhecer enquanto mulher negra e pensar o local os arranjos de cuidado atravessa um local de invisibilidade social, controle e desvalorização. Assim, discorrer acerca da articulação entre racismo e sexismo permite reconhecermos os efeitos violentos que permeiam nosso cotidiano viabilizando pensar novas possibilidades de rupturas políticas e sociais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BATISTA, K. R. O.; CUNHA, E. L. *A experiência psicanalítica na investigação social: considerações sobre método*. Revista Subjetividades, v. 12, n. 3, p. 754–768, 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela Y. *Mulher, raça e classe*. Trad. Maria Alice Volpi. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. 2. ed. São Paulo: Elefante, 2019.
- FIGUEIREDO, L. C.; MINERBO, M. *Pesquisa em psicanálise: algumas ideias e um exemplo*. Jornal de Psicanálise, v. 39, n. 70, p. 257–278, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: ANPOCS (Org.). *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Hucitec, 1984. p. 223–244.
- GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Org. Rios, F.; Lima, M. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HIRATA, Helena (Org.). *Trabalho e cuidado: as fronteiras do gênero*. São Paulo: Elefante, 2021.
- ZANELLO, Valeska. *Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia*. In: ZANELLO, V.; PORTO, M. (Orgs.). *Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103–122.